

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

CNPJ: 19.650.094/0001-72

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco LTDA., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 8 de março de 2024.

Fabio Romanin

Relações com investidores

Camila Silva de Mello – CRC 1RS083577/O-5

Contadora responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.009	2.266
Recebíveis de arrendamento	4.1	14.864	10.759
Outros recebíveis	5	4.402	4.125
Outros tributos compensáveis		314	114
Estoque		784	-
Adiantamento a fornecedores	6	54.085	4.950
Outros créditos		3.693	376
Total do ativo circulante		80.151	22.590
<u>Ativo não circulante</u>			
Recebíveis de arrendamento	4.1	130.870	131.239
Imobilizado	7	337.440	112.511
Total do ativo não circulante		468.310	243.750
Total do ativo		548.461	266.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	193.071	15.472
Obrigações por arrendamentos	4.2	427	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		493	392
Outras obrigações fiscais		2.382	985
Outras obrigações		50	52
Total do passivo circulante		196.423	16.901
<u>Passivo não circulante</u>			
Obrigações por arrendamentos	4.2	14.607	-
Provisão para desmantelamento	9	1.625	1.217
Total do passivo não circulante		16.232	1.217
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	268.129	268.129
Capital social (a integralizar)		(7.636)	(95.834)
Reserva legal		4.189	4.189
Lucros retidos		70.192	70.806
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		932	932
Total do patrimônio líquido		335.806	248.222
Total do passivo e do patrimônio líquido		548.461	266.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2023	2022
Receita líquida	12	4.152	64.983
Custo do serviço	13	(12.194)	(34.747)
Lucro (prejuízo) bruto		(8.042)	30.236
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(448)	(1.847)
Despesas gerais e administrativas		(1.071)	(341)
Outras receitas (despesas) operacionais		3	-
Total despesas operacionais		(1.516)	(2.188)
Resultado do serviço		(9.558)	28.048
Receitas financeiras	14	11.748	15.665
Despesas financeiras	14	(1.236)	(102)
Total do resultado financeiro		10.512	15.563
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		954	43.611
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(1.568)	(844)
		(1.568)	(844)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(614)	42.767
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)		(0,0023)	0,1595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(614)	42.767
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(614)	42.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital subscrito	(-) a integralizar	Reserva legal	Lucros retidos			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	113.749	(16.809)	2.051	30.177	-	932	130.100
Aumento de capital	154.380	(79.025)	-	-	-	-	75.355
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.767	-	42.767
Proposta para destinação do resultado							
Reserva legal	-	-	2.138	-	(2.138)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	40.629	(40.629)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	268.129	(95.834)	4.189	70.806	-	932	248.222
Integralização de capital	-	88.198	-	-	-	-	88.198
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(614)	-	(614)
Proposta para destinação do resultado							
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	(614)	614	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	268.129	(7.636)	4.189	70.192	-	932	335.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(614)	42.767
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	448	1.847
Encargos de arrendamento	977	-
Atualização de contas a receber de arrendamento	(11.670)	(15.665)
Depreciação e amortização	1.524	356
Atualização financeira - desmantelamento	117	98
Apropriação dos custos de transação - imobilizado	-	436
Baixa de imobilizado	7.051	33.616
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.568	844
Redução (aumento) dos ativos:		
Receíveis de arrendamento e outros recebíveis	7.209	(58.851)
Outros tributos compensáveis	(200)	(113)
Adiantamento a fornecedores	(49.135)	(1.635)
Estoque	(784)	-
Outros créditos	(3.317)	(376)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	177.599	8.694
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(997)	(4)
Outras obrigações fiscais	1.397	923
Outras obrigações	(2)	52
	131.171	12.989
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(470)	(470)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	130.701	12.519
Atividades de investimentos:		
Aquisições de ativo imobilizado	(217.797)	(85.830)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(217.797)	(85.830)
Atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	-	75.355
Integralização de capital	88.198	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-	(23)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(473)	-
Pagamentos de arrendamento (juros)	(886)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	86.839	75.332
Varição no caixa líquido da Companhia	(257)	2.021
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.266	245
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.009	2.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. ("CGFSF" ou "Companhia") é uma sociedade empresarial limitada de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social de atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos.

A Companhia foca sua atuação na seguinte linha de negócio e produto:

- E-Industries (clientes corporativos e institucionais): principalmente focada em geração distribuída com autoconsumo remoto, focada no cliente preocupado com a sustentabilidade e com políticas ambientais não intensivas em energia através de aluguel de painéis solares ligados no sistema elétrico.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 8 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas e não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 9 – Provisão para desmantelamento;
- Nota 10 – Provisões para processos judiciais; e
- Nota 17.1 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade média da carteira foi 80% do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	407	2.266
Aplicações financeiras CDB (Aplicações diretas)	1.602	-
Total	2.009	2.266

4. Arrendamentos

4.1. A Companhia como arrendadora

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia celebrou contratos de arrendamento financeiro na qualidade de arrendador para determinadas plantas de geração de energia. O prazo médio de arrendamentos financeiros celebrados é de 19 anos. A Companhia reconhece o valor do contas a receber no momento inicial do contrato de arrendamento, trazidos a valor presente e, posteriormente, reconhece mensalmente a atualização financeira.

Os contratos de arrendamento estão relacionados aos parques fotovoltaicos de energia solar.

	31.12.2023	31.12.2022	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Taxa de desconto
Recebíveis de arrendamento financeiro						
Arrendamento de painéis solares	149.031	144.847	07/04/50	229	Mensal	de 0,59% a.m. até 0,70% a.m.
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.297)	(2.849)				
Total	145.734	141.998				
Circulante	14.864	10.759				
Não circulante	130.870	131.239				

A curva de amortização dos recebíveis de arrendamentos do ativo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023		
	Principal	Juros	Total
Recebíveis de arrendamento financeiro			
Até um ano - 2024	26.948	(12.084)	14.864
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	52.799	(47.967)	4.832
Até 2 anos - 2025	12.467	(12.090)	377
Até 3 anos - 2026	12.942	(12.055)	887
Até 4 anos - 2027	13.437	(11.976)	1.461
Até 5 anos - 2028	13.953	(11.846)	2.107
2029 em diante	241.853	(115.815)	126.038
Total circulante e não circulante	321.600	(175.866)	145.734

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(2.849)	(13.653)
Adição	(448)	(3.004)
Reversão	-	1.157
Baixa de incobráveis	-	12.651
Saldo final	(3.297)	(2.849)

4.2. A Companhia como arrendatária

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques fotovoltaicos.

	31.12.2023	Valor nominal	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento						
Terrenos	15.034	38.036	30/11/52	319	Mensal	de 14,27% a.a até 18,43% a.a
Total	15.034	38.036				
Circulante	427					
Não circulante	14.607					

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2023		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2024	1.424	(997)	427
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	5.578	(4.231)	1.347
Até 2 anos - 2025	1.306	(995)	311
Até 3 anos - 2026	1.424	(1.082)	342
Até 4 anos - 2027	1.424	(1.079)	345
Até 5 anos - 2028	1.424	(1.075)	349
2029 em diante	31.034	(17.774)	13.260
Total circulante e não circulante	38.036	(23.002)	15.034

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Adição	-	15.319	15.319
Remensuração	-	97	97
Pagamentos - principal	(473)	-	(473)
Pagamentos - juros	(886)	-	(886)
Transferências	809	(809)	-
Encargos provisionados	977	-	977
Saldo em 31 de dezembro de 2023	427	14.607	15.034

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Outros recebíveis

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Clientes	3.600	145	657	4.402	4.125
Total	3.600	145	657	4.402	4.125

6. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o montante de R\$ 54.085 (R\$ 4.950 em 31 de dezembro de 2022), de adiantamento a fornecedores, principalmente relacionado a antecipação dos contratos de construção dos projetos de arrendamento dos clientes.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	8.258	-	-	(6.771)	7.702	9.189
	8.258	-	-	(6.771)	7.702	9.189
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(1.010)	-	(357)	-	(651)	(2.018)
	(1.010)	-	(357)	-	(651)	(2.018)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	105.263	217.808	-	-	(7.051)	316.020
	105.263	217.808	-	-	(7.051)	316.020
Total do imobilizado	112.511	217.808	(357)	(6.771)	-	323.191
Ativo de direito de uso						
Imóveis	-	15.416	(1.167)	-	-	14.249
	-	15.416	(1.167)	-	-	14.249
Total	112.511	233.224	(1.524)	(6.771)	-	337.440

As adições se referem aos investimentos realizados para projetos de clientes.

	31.12.2021	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	8.258	-	-	(33.616)	33.616	8.258
	8.258	-	-	(33.616)	33.616	8.258
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(654)	-	(356)	-	-	(1.010)
	(654)	-	(356)	-	-	(1.010)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	53.049	85.830	-	-	(33.616)	105.263
	53.049	85.830	-	-	(33.616)	105.263
Total do imobilizado	60.653	85.830	(356)	(33.616)	-	112.511
Total	60.653	85.830	(356)	(33.616)	-	112.511

A taxa de depreciação que refletem a vida útil de máquinas e equipamentos é de 4% a.a..

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. O prazo médio remanescente para os imóveis é de 26,58 anos em 31 de dezembro de 2023.

8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	187.526	11.372
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	5.545	4.100
Total	193.071	15.472

O aumento do saldo de fornecedores se deve ao fato de novos contratos de construção dos projetos de arrendamento que estão em construção para os clientes.

9. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 12,42% em 31 de dezembro de 2023 (10,68% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	1.217	683
Adição	291	436
Atualização financeira	117	98
Saldo do final do exercício	1.625	1.217

10. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 30 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 268.129, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a seguinte composição acionária, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de quotas	% de participação no capital	Quantidade de quotas	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	268.128.915	100,00%	268.128.915	100,00%
Enel Brasil S.A.	2	0,00%	2	0,00%
Total	268.128.917	100,00%	268.128.917	100,00%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Controladora Enel X S.A, integralizou o montante total de R\$ 88.198, restando um saldo de capital a integralizar de R\$ 7.636.

11.2. Reserva legal

O contrato social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

11.3. Destinação de resultado

Os lucros apurados serão distribuídos de forma proporcional ou não ao capital social, conforme determinado pelos sócios quotistas representando a maioria do capital social da Companhia ou levados para a conta de lucros retidos. Não haverá dividendo obrigatório, nem qualquer limite à retenção de lucros, devendo a conveniência e o momento da distribuição de lucros serem livremente determinados pelos sócios quotistas detentores de mais de 50% do capital social.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(614)	42.767
Absorção de prejuízos acumulados	614	-
(-) Reserva legal	-	(2.138)
Lucro (prejuízo) ajustado	-	40.629
Lucros retidos	-	40.629
	-	-

12. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	2023	2022
Receita de arrendamento financeiro (nota 12.1)	769	64.318
Receita de serviços (nota 12.2)	4.012	995
	4.781	65.313
<u>Deduções da receita</u>		
ICMS	(22)	-
Cofins	(429)	(239)
Pis	(93)	(52)
ISS	(85)	(39)
	(629)	(330)
Total	4.152	64.983

12.1. Receita de arrendamento financeiro

As receitas com arrendamento são desempenhadas pela Companhia e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares e (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais

A receita de arrendamento é contabilizada pelo método linear durante todo o período do arrendamento e é incluída na receita da demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

12.2. Receita de serviço

As receitas com venda de serviços estão listadas a seguir: (i) locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica; e (ii) operação e manutenção desses ativos.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Custo e despesas operacionais**

	2023			2022				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo de venda - ativos subjacentes - contratos arrendamentos	(7.062)	-	-	(7.062)	(34.052)	-	-	(34.052)
Material	-	-	-	-	74	-	-	74
Serviços de terceiros	(3.660)	-	-	(3.660)	(769)	-	-	(769)
Depreciação e amortização	-	-	(1.524)	(1.524)	-	-	(356)	(356)
Aluguéis e arrendamentos	(508)	-	1.356	848	-	-	(5)	(5)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(448)	-	(448)	-	(1.847)	-	(1.847)
Seguros	(964)	-	-	(964)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	-	-	(903)	(900)	-	-	20	20
Total	(12.194)	(448)	(1.071)	(13.710)	(34.747)	(1.847)	(341)	(36.935)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Atualização de contas a receber de arrendamento	11.670	15.665
Renda de aplicação financeira	49	-
Variação cambial	10	-
Outras receitas financeiras	19	-
	11.748	15.665
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas (nota 16)	-	(2)
Atualização de impostos e multas	(67)	(1)
Imposto sobre operações financeiras - IOF/IOC	(71)	-
Atualização financeira desmantelamento	(117)	(98)
Juros em arrendamento	(977)	-
Outras despesas financeiras	(4)	(1)
	(1.236)	(102)
Total	10.512	15.563

15. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 32% e 9%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Receita de serviços	13.533	7.855
Receita de aluguel	769	124
Base de cálculo presumida do imposto de renda (32%)	4.577	2.553
Outras receitas financeiras	78	-
Total base de cálculo	4.655	2.553
Alíquota do imposto de renda (15%)	(698)	(383)
Outras receitas financeiras	(442)	(231)
Total do imposto de renda	(1.140)	(614)
Base de cálculo presumida da contribuição social (32%)	4.577	2.553
Outras receitas financeiras	78	-
Total base de cálculo	4.655	2.553
Alíquota da contribuição social (9%)	(419)	(230)
Ajuste de períodos anteriores	(9)	-
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.568)	(844)

16. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel – conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1. Controladora (Enel X Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Compartilhamento das despesas comuns	Agosto de 2027	(2.225)	(4.100)	-	(2)
Total		(2.225)	(4.100)	-	(2)

16.2. Empresas em controle em comum

Natureza da operação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Acordo compensação financeira		(3.320)	-	-	-
ENEL TRADING BRASIL SA	Setembro de 2024	(3.320)	-	-	-
Total		(3.320)	-	-	-

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

17.1. Instrumentos financeiros

17.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível*	31.12.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.009	2.009	2.266	2.266
Outros recebíveis	Custo amortizado	2	139.829	139.829	142.002	142.002
			141.838	141.838	144.268	144.268
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	193.071	193.071	15.472	15.472
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	15.034	15.034	-	-
			208.105	208.105	15.472	15.472
Total			349.943	349.943	159.740	159.740

* Conforme detalhado na nota explicativa 17.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

Para as rubricas da Companhia, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulga-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

17.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** – dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** – dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

17.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional Isso 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos sócios, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a pagamentos de fornecedores e outras obrigações.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas às liquidações de CAPEX indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativa

18. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	550.669	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	N/A	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	N/A	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.